

A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Tatiane Almeida de Souza (UENF)

tatianealmeidauenf@gmail.com

Dhienes Charla Ferreira Tinoco (UENF)

dhienesch@hotmail.com

Priscila de Andrade Barroso Peixoto (UENF)

cilabarroso@yahoo.com.br

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

RESUMO

Muito tem se discutido as variações linguísticas no contexto escolar e de que forma ela deve ser abordada pelos livros didáticos de língua portuguesa. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é investigar como o livro didático do ensino fundamental II *Português Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, tem retratado a temática da variação linguística para alunos e professores. Desta forma, espera-se que a presente análise contribua como um referencial de pesquisa tanto para os educadores quanto para os educandos. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram baseados nos estudos de Marcos Bagno (2007), Magda Soares (2000), Carlos Alberto Faraco (2008), Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), dentre outros, com discussões sobre a variação linguística, seus conceitos e pressupostos, como também seu tratamento no livro didático. Utilizou-se, portanto, para o trabalho, a pesquisa bibliográfica e documental. Podemos verificar, por meio das análises, que o livro didático aqui avaliado aborda a variação linguística, porém com limitações ao tratar variedade padrão e da norma culta.

Palavras-chave:

Variação linguística. Sociolinguística. Livro didático. Ensino fundamental II.

1. Introdução

O trabalho com a variação linguística, sem dúvida, é um dos maiores desafios no ensino de língua materna, além das normas da língua inscritas na gramática que devem estar presentes na sala de aula. O espaço escolar reflete as múltiplas realidades brasileiras por meio de todas as suas formas de expressões culturais, sobretudo, a produtiva harmonia de diversas variações linguísticas.

A sociolinguística variacionista traz inúmeras contribuições para o ensino de língua. Algumas mereceram destaques para este artigo: a) definição específica de conceitos determinantes para o estudo dos fenômenos variáveis; b) Reconhecimento da existência de variedades que estão em

plena convivência numa comunidade de falantes; c) notoriedade de semelhanças entre o que se chama de “norma culta” e “norma popular”.

A escola trata as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática normativa como se fossem desvios ou incorreções alicerçadas na noção rígida de certo e errado. No entanto, para que a norma culta seja efetivada cumprindo de fato o seu papel, é necessário que a ideia de erro seja extinta. Isso será realizado no momento em que ocorrer a substituição dessa atitude negativa com caráter de condenação por um pensamento e atitude relacionados com as reais características da língua.

Nesse sentido, essa pesquisa objetiva investigar como o livro didático do ensino fundamental II *Português Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, tem retratado a temática da variação linguística para alunos e professores. Esse estudo será importante, pois fornecerá subsídios para que o professor possa organizar sua prática a fim de preencher as lacunas observadas em relação ao tratamento da variação linguística nesse material didático.

Quando o aluno chega à escola, precisa aprender sobre diversas variedades, incluindo a que domina. Posto isto, José Luiz Fiorin (2013, p. 133) muito bem ressalta que “o papel da escola é dar a conhecer, ensinar a aprender, saber explicar”. Desta forma, a função da escola é ensinar aquilo que o aprendiz não conhece e não se limitar ao trabalho com a norma culta, justificando-se pelo fato de que o aluno já domina as demais.

A escola é o espaço em que a criança entra em contato com a norma culta legitimada pela sociedade. Além disso, é nesse ambiente que ela deve ser levada a refletir sobre a língua e linguagem na construção dos sentidos. Logo, é responsabilidade da escola não só ensinar a norma culta, mas também abordar a existência das variedades linguísticas e das variantes adquiridas pelo aluno no seu meio, na sua família, dentre outros. Em suma, o papel da escola relacionado ao ensino de língua materna é oferecer condições para que o aluno desenvolva sua competência comunicativa.

2. A variação linguística e seus pressupostos

Um dos bens mais preciosos do povo é a sua língua, pois é por meio dela que todas as construções e representações de uma sociedade

são reproduzidas. De acordo com Carlos Alberto Faraco (2008, p. 31) “uma língua é constituída por um conjunto de variedades”, logo, “não se pode definir uma língua como sendo apenas uma unidade da linguagem, pois ela é mais do que isso, ela é também uma entidade cultural e política”.

A língua tem o poder de inserir ou excluir o indivíduo da sociedade. Sendo assim, em meio as suas diferentes formas, a língua é heterogênea, variável, está em constante mudança e é utilizada pelos indivíduos como um código para se comunicarem, obter e passar informações. Dessa forma, vários fatores influenciam a variação da língua, como os aspectos econômicos, sociais, geográficos e culturais.

[...] uma abordagem antropológica da questão da norma é a constatação de que a língua é um fato social. Sabe-se que a língua serve para comunicar. Ora, a comunicação implica, por definição, a existência de vários falantes. Quanto à definição do ato de comunicação, digamos que ele se apresenta como uma interação entre um emissor e um receptor, sendo o conteúdo desta interação suscetível de tomar as formas mais variadas. (BAGNO, 2001, p. 147)

Nota-se, a partir da citação de Marcos Bagno, que toda sociedade é dividida em diferentes grupos que são distinguidos pelas suas características, como faixa etária, gênero, profissão, entre outras e, que os mesmos, possuem pluralidade de falares.

A variação linguística, de acordo com Marcos Bagno (2007, p. 44) “não ocorre somente no modo de falar das diferentes comunidades, dos grupos sociais, quando a gente compara uns com os outros”. Diante disso, a língua pode ser modificada pelos seus falantes, ou seja, ela pode ser diferente se falada por um homem ou uma mulher, por um idoso ou por uma criança, por um morador do campo ou por um morador da cidade, por um rico ou por um pobre, por exemplo. Por isso, não há forma ‘correta’ ou ‘errada’ do falar, apenas variações decorrentes de fatores extralinguísticos.

No entanto, o ensino das variações linguísticas nas escolas não é incisivo, pois ainda há predominância da norma padrão. Os alunos já possuem uma forma de falar ao chegarem à escola e, muitas vezes, esse saber não é levado em consideração. Desta forma, a norma padrão, recomendada pela gramática normativa, predomina diante a norma não padrão, as variações linguísticas.

A escola geralmente não reconhece a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, impondo assim, sua linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua

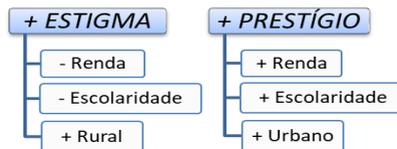
idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de grau de escolarização. (BAGNO, 1999, p. 15)

Sob essa ótica, Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) relata que a língua pode ser, também, usada como um estigma social, sendo a norma padrão superiorizada diante as demais.

[...] as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque não faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos. O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerado um dialeto “ruim”, enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser visto como um “bom” dialeto. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 34)

A autora discorre que existe uma variedade com mais prestígio devido à ideologia dominante integrada à economia e à política e variedades dominadas, ou seja, ocorre uma divisão linguística, de um lado a norma padrão (dominante) e do outro, as variedades estigmatizadas (dominadas). Desta forma, o preconceito linguístico se difunde na sociedade exaltando, cada vez mais, a norma padrão.

Marcos Bagno, em seu livro *Nada na Língua É por Acaso* (2007, p. 77), fez um quadro para melhor visualizar a relação entre estigma e prestígio linguístico.



O professor é soberano em sua sala de aula, deste modo, a forma como ele conduzirá o ensino das variações linguísticas dependerá do seu ponto de vista acerca da mesma. Logo, sua postura diante a pluralidade linguística será decisiva em sua prática, podendo levar, ou não, os alunos a entenderem, refletirem e respeitarem essas variações.

Uma das principais tarefas da educação linguística é exercitar o olhar do aluno e a sua capacidade de refletir a respeito, levando-o a perceber o quanto o lugar em que ele se situa (muitas vezes sem saber) lhe permite descortinar uma determinada paisagem, mas o cega para outras. (BAGNO, 2007, p. 1516)

Outra questão relevante é a importância dada à ortografia pelos professores. Marcos Bagno (2002) relata que é necessário “não confundir erro de português (que afinal, não existe) com simples erro de ortografia.

A ortografia é artificial, ao contrário da língua, que é natural”. (BAGNO, 2002, p. 143)

Sendo assim, uma das maiores incumbências professor de língua portuguesa “é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento”. (BECHARA, 1998, p. 14). Ou seja, mostrar aos seus alunos que existem diferentes formas de falar a mesma língua e que a variação é decorrente de vários fatores e não algo falho ou imperfeito.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que os constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. (BRASIL, 1998, p. 29)

Em suma, o que se espera é que a escola dê mais ênfase à variação linguística e que seus alunos consigam identificar essas variações, visto que essas diferenças podem ser observadas entre as classes sociais, idades, regiões e até mesmo, em diferentes situações de interação comunicativa. Sendo assim, a questão não é substituir uma língua por outra e sim, respeitar e reconhecer as diversas variações linguísticas existentes.

3. Contribuições da sociolinguística educacional

A língua se renova incessantemente devido a seu caráter heterogêneo e variável. Assim, uma língua é um conjunto de inúmeras variedades associadas às diferentes atividades sociais. Marcos Bagno (2011, p. 27) argumenta que todos os usos característicos da língua, sobretudo em suas variedades urbanas de prestígio, acabam se tornando legítimo por mais que os defensores do “prescritivismo purista” sejam contra. Isto posto que, para o autor, os usos representam mudanças linguísticas já implantadas no sistema da língua e integradas à cognição humana.

Sobre isso, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (BRASIL, 1997) trazem uma importante contribuição ao reconhecer a variedade como parte constituinte das línguas humanas. Esse fenômeno sempre existiu na sociedade e ocorre independente da intervenção de qualquer ação normativa. Assim, a língua é uma unidade constituída de inúmeras variedades.

Por conseguinte, não há motivos para o posicionamento contra as variedades e mudanças da língua, pois ela existe de fato, possui caráter próprio da natureza humana e é impulsionada pelos falantes. Desse modo, cabe à escola estabelecer formas de reconhecimento e valorização de sua existência, ao invés de ir contra essa diversidade.

A Sociolinguística possui como tarefa revelar, na medida do possível, os aspectos sociais relacionados a determinados usos linguísticos e tem como um de seus objetivos teóricos, conciliar o caráter de ordenação estrutural e variabilidade da língua (FIORIN, 2013, p. 146). Assim, o estudo da variação é um dos pontos centrais dessa área/ciência.

Um das maiores contribuições da Sociolinguística é a afirmação da heterogeneidade e variabilidade de toda a língua humana. Desta forma, uma língua não é um sistema fechado em si mesmo, ela possui inúmeras variedades, constituindo-se em uma realidade plural e heterogênea. (FARACO, 2012, p. 39)

Em relação aos processos de mudança da língua, Carlos Alberto Faraco (2012) menciona que sua análise sugere que elas parecem surgir, entre outros possíveis fatores, do encontro das variedades ou, até mesmo, do contato com outras línguas. Assim, as diferentes formas de se pronunciar ou de se estruturar os enunciados parecem criar um “caldo propício à mudança”. (FARACO, 2012, p. 43)

É importante salientar que duas pessoas não falam a mesma língua, pois até entre os indivíduos de um mesmo local, às vezes se torna necessário uma melhor explicitação do que foi dito. Isso acontece, porque cada indivíduo possui experiências e relações sociais próprias, ou seja, nenhum ser é igual a qualquer outro.

Para José Luiz Fiorin (2013, p. 114), “se uma língua é um sistema, a variação linguística é fato observado nos seus diferentes subsistemas”. Assim, língua e variedades linguísticas são inseparáveis, visto que a língua é constituída pela soma de inúmeras variedades tais como variações geográficas e sociais, diferentes estilos, dentre outras variações determinadas de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas.

O autor ainda destaca que “a variedade linguística reflete a variedade social e projeta-se nela” (FIORIN, 2013, p. 132). Logo, quando um sujeito fala é levado a enunciar a partir do lugar que ocupa. Com base nisso, pode-se dizer que a fala expressa não só o pensamento do falante,

mas também, aspectos de sua cultural, posição social, enfim, seu modo de ser e enxergar o mundo.

Luiz Carlos Travaglia (2000) afirma que existem dois tipos de variedades linguísticas: dialetos e registros. A primeira consiste em variedades que ocorrem em função de sujeitos que usam a língua conforme as dimensões territorial, social, de idade, de sexo, de geração e de função que o falante desempenha. Já a segunda, caracteriza-se como aquelas que ocorrem em função do uso que se faz da língua, podendo acontecer em três formas: grau de formalismo (escala de formalidade), modo (língua falada ou escrita) e sintonia (ajuste no texto segundo as informações que o falante possui sobre o ouvinte).

Já nos seus primeiros estudos a sociolinguística já apresentava algumas inquietações relacionadas ao desempenho de alunos vindos de diferentes etnias e sociedades. Desde então suas contribuições levam ao avanço de estudos voltados as questões educacionais.

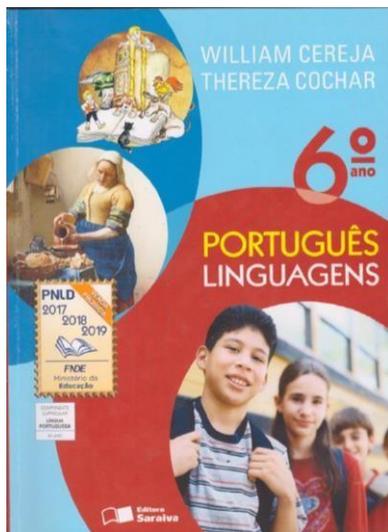
Nesse sentido, a sociolinguística educacional tem algumas preocupações, tais quais, de apresentar que a realidade em que se vive é permeada por preconceito linguístico por parte da sociedade que, na verdade, oculta o preconceito para com o falante; que o indivíduo geralmente é avaliado através de sua linguagem; e que algumas formas linguísticas são taxadas como “língua certa”. Assim, o ensino de língua portuguesa deve ter a Sociolinguística como cultura de ensino ao mostrar os valores simbólicos e sociais das seleções linguísticas dos indivíduos.

4. Análise da abordagem da variação linguística no livro didático

O motivo pelo qual o livro didático foi escolhido para ser nosso objeto de análise é devido à função que o mesmo exerce. O livro didático é caracterizado como uma ferramenta didática de suma importância na prática pedagógica do professor, desempenhando um papel de determinante dos conteúdos a serem aplicados.

Diante disso, optou-se pelo livro didático de língua portuguesa em vigor na rede pública municipal de Campos de Goytacazes (RJ), aplicado no 6º ano do ensino fundamental II. A preferência da série se fez em virtude de se compreender que, estando o aluno no início do ensino fundamental II, é de grande importância que o mesmo tenha conhecimento acerca das variações da língua para maior entendimento nas séries seguintes e para uma participação social mais interativa.

O livro didático analisado é da coleção *Português Linguagens* de Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães da 9ª edição reformulada de 2015, sendo os mesmos escolhidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para serem aplicados nos anos de 2017 a 2019 na Rede Pública Municipal de Campos dos Goytacazes. O livro é constituído por quatro unidades em cada volume (6º ao 9º ano) do ensino fundamental, sendo que cada uma delas contém quatro capítulos para cada unidade.



CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar.
Português linguagens. 9. ed. reform.- São Paulo: Saraiva, 2015

Para analisar o livro, utilizaremos algumas questões sugeridas por Marcos Bagno (2007) em seu livro 'Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística' para avaliar o tratamento das variedades linguísticas. Sendo assim, procuraremos respostas para as seguintes questões:

1. O livro didático trata da variação linguística?
2. O livro didático menciona de algum modo à pluralidade de línguas que existe no Brasil?
3. O tratamento se limita as variedades rurais e/ou regionais?
4. O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com

uma variedade real da língua?

5. O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a normapa-drão?

4.1. O livro *Português Linguagens*

Questão 1:

O livro didático trata da variação linguística?

Sim, na Unidade I, Capítulo II, tópico “*A língua em foco*” é destinado às variações linguísticas. Os autores propõem construir o conceito de variação linguística através, primeiramente, do humor da tirinha de Fernando Gonsales, na página 39.



CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar.
Português linguagens. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 39.

No entanto, na página 40, William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2015) conceituam as variedades linguísticas como “variações que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais e regionais nas quais é utilizada”.

Questão 2:

O livro didático menciona de algum modo à pluralidade de línguas que existe no Brasil?

Sim. No item “Conceituando”, os autores explicitam que no Brasil há uma grande diversidade linguística. E que a mesma sofre influência da localização geográfica, da faixa etária, do grau de escolaridade e da pro-

fissão.

CONCEITUANDO

O cartunista Fernando Gonsales, para criar humor, explorou em sua tira a diversidade linguística que existe no Brasil. Como nosso país é muito grande e desigual, com Estados grandes e pequenos, ricos e pobres, com gente vivendo no litoral, na floresta, nas grandes cidades, em povoados ou na roça, é natural que a língua portuguesa sofra variações, que constituem as **variedades linguísticas**.

Além das variações resultantes de localização geográfica, uma língua também pode apresentar variações decorrentes de outros fatores, como idade, profissão e grau de escolaridade. Por exemplo, uma pessoa mais velha do que nós ou que exerce uma determinada profissão pode usar a língua de uma forma diferente da nossa.

CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar.
Português linguagens. 9. ed. reform.- São Paulo: Saraiva, 2015, p. 40

Questão 3:

O tratamento se limita as variedades rurais e/ou regionais?

William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2015), na página 42, apresentam os “Tipos de variação linguística”, mencionando que esses tipos podem ocorrer por diversos fatores, dentre eles, diferenças de lugar ou região, escolaridade e classe social, diferenças históricas, da oralidade e da escrita.

Nas diferenças de lugar e região, os autores citam a diferença entre a fala do interior e da cidade, das pessoas naturais dos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará e de outros países, como os africanos.

No entanto, a única tirinha usada para ilustrar essa variação é a do Chico Bento, caracterizando a variação rural.



CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar.
Português linguagens. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 42

Na página 43, quando os autores citam as diferenças linguísticas entre escolaridade e classe social, remetem a tira de Fernando Gonsales, na página 39, para mencionar o que o fato de um indivíduo falar “bicicreta” é “comum entre pessoas que frequentaram pouco ou não frequentaram a escola”. (CEREJA & MAGALHÃES, 2015)

Diante disso, nota-se que os autores intitulam o baixo grau de escolaridade com a classe social, ou seja, quanto menos uma pessoa frequentou a escola, mais pobre ela será. A respeito da fala dos mesmos, esquecem que o fato de alguém falar “bicicreta” pode ser pela sua cultura ou lugar.

Sendo assim, em relação à cultura, Magda Soares relata que

é necessário destacar que as relações entre linguagem e cultura constituem a questão fundamental, nuclear, tanto na ideologia da deficiência cultural quanto na ideologia das diferenças culturais; em consequência, desempenham um papel central nas explicações do fracasso escolar, [...]. O papel central atribuído à linguagem numa e noutra ideologia explica-se por sua fundamental importância no contexto cultural: a linguagem é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão. (SOARES, 2000, p. 16-17)

Questão 4:

O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com uma variedade real da língua?

A figura abaixo, da página 41, expõe a diferença entre normapadrão e variedades urbanas de prestígio, sendo essa última considerada uma variação usada por pessoas com um grau de escolaridade elevado e de classe social mais prestigiada.

Norma-padrão é uma referência, uma espécie de modelo ou de “lei” que normatiza o uso da língua, falada ou escrita.

Variedades urbanas de prestígio, também conhecidas como **norma culta**, são as variedades empregadas pelos falantes urbanos mais escolarizados e de renda mais alta.

CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar.
Português linguagens. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 41

Desta forma, Magda Soares (2000) discorre sobre a norma-padrão:

Dialeto-padrão: também chamada norma-padrão culta, ou simplesmente norma culta, é o dialeto a que se atribui, em determinado contexto social, maior prestígio; é considerado o modelo – daí a designação de padrão, de norma – segundo o qual se avaliam os demais dialetos. É o dialeto falado pelas classes sociais privilegiadas, particularmente em situações de maior formalidade, usada nos meios de comunicação de massa (jornais, noticiários de televisão, etc.), ensinado na escola, e codificado nas gramáticas escolares (por isso, é corrente a falsa ideia de que só o dialeto-padrão pode ter uma gramática), quando qualquer variedade linguística pode ter a sua. (SOARES, 2000, p. 82-83)

Ao estabelecer uma língua como culta, a mesma recebe autoridade e prestígio diante as demais. No entanto, cientificamente, nenhuma língua é superior à outra porque todas são derivações de vários contextos diferentes.

Questão 5:

O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão?

Sim. As variações foram abordadas pelos autores, porém em seus discursos, a norma-padrão é vista como a ideal para ser usada por todos. As atividades são propostas para refletirem sobre o assunto. Os títulos usados pelos autores também remetem a língua materna, como por exemplo, “A língua em foco” e “semântica e discurso”.

Sendo assim, Sirio Possenti (1998, p. 17), afirma que “O objetivo da escola é ensinar o português padrão” e no momento que a língua é ensinada para o aluno, a mesma não leva em consideração os dialetos que esta sofre, contribuindo para o preconceito.

5. Considerações finais

Este estudo pautou-se da concepção de que as línguas não são uniformes, mas variável, dinâmica e múltipla. Além disso, o domínio da lin-

guagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico, são condições de possibilidade de plena e efetiva participação social. Nesse sentido, para desenvolver a competência lexical nos alunos é necessário proporcionar o acesso ao maior número de recortes lexicais de sua língua e o reconhecimento das variedades linguísticas. Deste modo trata-se de ensinar ao aluno a utilização adequada de diferentes registros conforme as diferentes situações comunicativas que ele vivencia.

Ao final desse trabalho, podemos constatar, diante a análise do livro didático, que a variação linguística ainda é discutida, no meio escolar, com certo receio. O professor, diante dessa situação, prefere abster-se dos fatos e seguir a gramática normativa. Desta forma, para que o ensino de língua portuguesa não se paute apenas no ensino da gramática, é necessário que o professor compreenda a variação linguística e estimule seu aluno através da competência escrita e oral.

Pode-se perceber que o livro ainda não trabalha a temática da variação como deveria, mas há um grande esforço para isso. Os autores dos livros didáticos têm que formular seus livros com base nos estudos da Sociolinguística acerca diversidade das línguas. Certamente esse é o caminho para erradicar o preconceito linguístico e promover o conhecimento da pluralidade linguística do nosso país.

Em suma, a escola e os professores devem promover a realidade linguística de seus alunos. Os livros didáticos devem promover o conhecimento de todas as formas da língua, sem enaltecer a norma-padrão como o ideal a ser usado. Vivemos num país multifacetado, com diversas culturas, logo, a língua não poderia ser apenas uma. Nossa língua vem mudando desde sempre e continuará se modificando com o passar do tempo, pois ela dinâmica, viva, produto de uma civilização.

Enfim, neste processo de ensino-aprendizagem a abordagem a ser realizada não é a do erro, mas a da utilização adequada da linguagem de acordo com a situação. Além disso, a sociolinguística educacional pressupõe que a formação do professor dos anos iniciais aborde o conceito e as questões de gramática considerando o que aluno já traz consigo quando chega à escola: o conhecimento internalizado sobre a língua em uso.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São

Paulo: Parábola, 2011.

_____. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da normapadrão brasileira. In: _____. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 179-199.

_____. *Nada na língua é por acaso*: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Preconceito linguístico*: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola 1999 [2. ed. 2001].

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática*. Opressão? Liberdade? 10. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna*: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira*: desatando nós. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Linguagem escrita e alfabetização*. São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, José Luiz. (Org.). *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, Magna. *Linguagem e escola*: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.

POSSENTI, Sirio. Não existem línguas uniformes. In: _____. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras: ABL, 1998, p. 33-37.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação*: uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus. São Paulo: Cortez, 2000.